

Prévia de 89

Villas-Bôas Corrêa

O presidente José Sarney não cedeu às pressões de fácil identificação e decidiu excluir do veto à regulamentação das eleições municipais este ano o dispositivo que permite aos partidos ocupar até 1/3 do tempo dos seus horários nos programas gratuitos pelo rádio e a televisão, garantidos pelo TSE, com as suas lideranças nacionais ou personalidades convidadas e não necessariamente candidatos.



A decisão de Sarney, contrariando certamente os interesses políticos do governo e as suas bases de sustentação partidária — não todas, mas sua grande maioria —, amplia os horizontes das eleições municipais, transformando-as, como num toque de mágica, numa prévia nacional da sucessão presidencial e direta de 89.

Só vai ficar faltando, lamentavelmente, o teste dos dois turnos, com a exigência de maioria absoluta para as eleições de prefeitos nas cidades com mais de 200 mil eleitores. Mas aí o presidente ficou entalado num beco sem saída. Em duplo emparedamento. A arguição de inconstitucionalidade pode parecer grotesca, quando se invoca o texto esmoimado da prostituída Carta que agoniza, contrastando com a nova Constituição que está nascendo e que sabiamente consagra a maioria absoluta para a eleição de presidente da República, de governador e de prefeito das grandes cidades. Mas, que se há de fazer? A que está vigindo é ainda a pobre Constituição violentada pelo arbútrio, mexida e remexida pela penca dos atos, revolvida por tantas emendas, colcha de pano sujo, de retalhos alinhavados com linha podre.

Se o presidente talvez pudesse saltar o obstáculo da constitucionalidade para atender aos superiores interesses nacionais de experimentar, enquanto é tempo, uma novidade verdadeiramente revolucionária na eleição do seu sucessor, adiada para o ano que vem pela fixação do seu mandato em cinco anos, ficou impossível, perigosamente inconveniente, de atender às ponderações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Oscar Dias Corrêa. A legislação da Justiça Eleitoral desaconselha o risco de um segundo turno a 15 de dezembro — um mês depois do primeiro turno, nos municípios com mais de 200 mil eleitores e nos quais nenhum candidato alcançasse a maioria absoluta, mais da metade dos votos válidos, no primeiro turno — pretextando que ela não teria condições de aguardar a possibilidade de realizar as duas eleições, adiando o tempo de proclamar os resultados oficiais para viabilizar a posse dos prefeitos eleitos a 1º de janeiro de 89.

Que não tem remédio, remediado está — ensina a experiência dos anos velhos. O teste dos dois turnos ficou inviável este ano, a menos que a Constituinte passe a corrigir a legislação, corra contra o relógio e possibilite a

promulgação da nova Constituição lá por agosto, começos de setembro, com prazo para a Justiça Eleitoral regulamentar a eleição com maioria absoluta e, pois, com a possibilidade efetiva de dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores — pouco mais de duas dezenas. Mas, então, um valor mais alto se alevanta e nem o TSE ou o presidente terão outra coisa a fazer, senão guardar a viola e entrar no compasso dos novos tempos inaugurados... É uma hipótese ou uma ilusão que não faz mal cultivar.

A boa nova é realmente o passo adiante na liberalização do processo político, o arejamento eleitoral com a nacionalização saudável das eleições municipais. Sarney deve ter medido e pesado os inconvenientes e desconfortos de uma campanha que se desprege da moldura estreita dos discursos dos aspirantes a um mandato de vereador, com a sedução das mordomias, ou às dores de cabeça de prefeituras endividadadas e crivadas de problemas, para o quadro de uma indiscutível prévia entre candidatos à sua sucessão.

Claro, sem o veto, com a presença consentida de não candidatos, não sobrar um segundo do terço do tempo abocanhado pelas legendas pilotadas por um nítido projeto presidencial. Nas nesgas do PDT, por exemplo, Leonel Brizola estará dando o seu recado, acentuando o tom crítico em relação ao governo e ao presidente. Lula pegará a sua carona nos estribos do PT; Ulysses, Quêrcia, Newton Cardoso nadarão de braçada nas águas generosas dos largos espaços do PMDB, mesmo depois do emagrecimento imposto pela dieta da dissidência. As aparas do novo PSDB terão que ser rateadas entre as estrelas de um ensaio de partido que parece reunir mais caciques do que índios: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro. Isso só em São Paulo, transbordando para a imensidão nacional.

Mesmo sem a lição dos dois turnos ensinando que a decisão entre os classificados, em tempo curtíssimo, tende para o confronto dos desempenhos individuais pelo rádio e a televisão, ninguém ignora a crescente influência de ambos nas campanhas, substituindo a cansaça dos comícios por audiência muitas vezes multiplicada e nas comodidades das poltronas caseiras.

Não é só isso. O eleitor antecipará preferências, simpatias, desafeições. E as avaliações da viabilidade das candidaturas irá influenciar a decisão dos partidos na hora de apontar o candidato.

O voto depositado nas urnas municipais projetará a sombra nacional do puxador da legenda, do líder que se apresentou como o avalista da sigla e de seus candidatos. Ninguém escapará da mistura da eleição municipal com lideranças nacionais, enterradas até o pescoço nos resultados que os mapas de apuração registrarão como um indicador de favoritos e azarões.

A transição parece enredada em curiosas contradições. As eleições diretas para presidente sobram para o ano que vem com o mandato de cinco anos para Sarney. Pois as eleições municipais de convocação deste ano estão inflando com os ares nacionais da campanha, promovidas a pré-estreia dos astros do elenco de 89.